

Atendimentos por abuso de álcool caem 25% na capital paulista

Caps Álcool e Drogas registram queda contínua entre os anos de 2023 e 2025

Reprodução/FreePik

A cidade de São Paulo registrou uma redução de 25% nos atendimentos relacionados ao uso abusivo de álcool na rede pública de saúde mental ao longo dos últimos três anos. Os dados são da Secretaria Municipal da Saúde e apontam para uma diminuição gradual na procura por assistência nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps AD) da capital.

Em 2023, foram contabilizados 7.900 atendimentos ligados ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas. No ano seguinte, o número caiu para 6.626. Já em 2025, foram registrados 5.907 atendimentos. A sequência indica uma tendência de queda no período analisado, com redução acumulada de aproximadamente um quarto dos casos acompanhados pela rede municipal de saúde.

Os Caps AD integram a estrutura do Sistema Único de Saúde e oferecem acompanhamento multidisciplinar a pessoas com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas. O atendimento inclui consultas individuais, atividades em grupo, suporte familiar e encaminhamentos para outros serviços, quando necessário. A diminuição na demanda pode estar associada a diferentes fatores, como mudanças no padrão de consumo da população, ampliação do acesso à informa-



Mudança é ainda mais expressiva entre o público que compõe pessoas de 18 a 24 anos

ção e políticas de prevenção.

Especialistas apontam que, nos últimos anos, houve maior disseminação de conteúdos sobre os impactos do álcool na saúde física e mental. Campanhas educativas, debates nas redes sociais e a popularização de estilos de vida associados ao bem-estar têm contribuído para uma revisão de hábitos, especialmente entre os mais jovens.

Pesquisa Ipsos-Ipec

Levantamento do Ipsos-Ipec realizado em 2025 indica que

64% dos brasileiros afirmaram não ter consumido bebidas alcoólicas ao longo de todo o ano. Em 2023, esse percentual era de 55%. A diferença de nove pontos percentuais em dois anos sugere alteração relevante no comportamento da população de São Paulo em relação ao consumo de bebida alcoólica.

A mudança é ainda mais expressiva entre pessoas de 18 a 24 anos. Nessa faixa etária, a proporção dos que declararam não ter ingerido bebidas alcoólicas subiu de 46% em 2023

para 64% em 2025. O avanço reforça a percepção de que parte da juventude tem adotado padrões de consumo distintos dos observados em gerações anteriores, de seus pais e avós.

Além da conscientização sobre riscos como doenças hepáticas, cardiovasculares e transtornos mentais, também pesa o debate sobre saúde emocional e produtividade. O álcool, tradicionalmente associado a momentos de lazer e socialização, passou a ser questionado sob a ótica de seus efeitos a longo

prazo e do impacto profundo na qualidade de vida.

Apesar da queda nos atendimentos, a Secretaria Municipal da Saúde mantém a estrutura dos Caps AD como porta de entrada para o cuidado especializado. As unidades funcionam em diferentes regiões da cidade de São Paulo e seguem oferecendo atendimento gratuito a pessoas que necessitam de acompanhamento por uso problemático de álcool.

Políticas públicas

A redução nos registros de uso abusivo de álcool não elimina a necessidade de políticas públicas permanentes voltadas à prevenção e ao tratamento. Profissionais da área destacam que o consumo abusivo continua sendo um desafio de saúde pública, com repercussões sociais, familiares e econômicas.

O cenário observado na capital paulista acompanha uma tendência identificada em outras regiões do país e também em levantamentos internacionais, que apontam diminuição no consumo de bebidas alcoólicas, sobretudo entre jovens adultos. A continuidade dessa trajetória dependerá da manutenção de ações educativas, da oferta de serviços especializados e do monitoramento constante dos indicadores de saúde mental por parte de autoridades.

Comunidade LGBTQ+ é tema do 13º Consultório na Rua

Priscila Gonzales/Prefeitura de São Paulo

A Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo realizou, nos últimos dias o 13º Encontro de Integração dos agentes do Consultório na Rua. A primeira edição de 2026 teve como eixo central o acolhimento da população LGBTQIA+ e reuniu cerca de 190 profissionais da rede municipal.

A programação abordou estratégias para qualificar o atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas. A abertura contou com a presença de representantes da Prefeitura e de áreas técnicas da Saúde.

Durante as atividades, foram discutidas ações integradas do Programa Redenção e a importância do trabalho intersetorial no atendimento a pessoas em situação de rua. A proposta é fortalecer o vínculo com usuários da



Programação tratou estratégias para qualificar atendimento

rede pública nos momentos em que procuram atendimento por questões de saúde, ampliando opções de encaminhamento para acompanhamento contínuo.

Outro tema foi o atendimento à população LGBTQIA+, com foco na redução de barreiras de

acesso e na promoção de um cuidado humanizado. Profissionais da área técnica apresentaram orientações sobre abordagem, escuta qualificada e respeito às especificidades do público.

O encontro também reservou espaço para troca de experiências.

Chefe de gabinete de Taboão (SP) é preso

O chefe de gabinete da Prefeitura de Taboão da Serra, na Grande São Paulo, foi preso em flagrante na tarde de terça-feira (18) após ser abordado dirigindo uma caminhonete com placa de identificação falsa vinculada ao Poder Legislativo do município.

Marco Roberto da Silva, conhecido como Pastor, ocupa cargo na gestão do prefeito Daniel Plana Bogalho e recebe salário de R\$ 15,5 mil, conforme dados disponíveis no Portal da Transparência da cidade. A defesa dele não foi localizada até a última atualização desta reportagem.

A abordagem ocorreu na rodovia SP-342, na altura de Águas da Prata. Policiais militares suspeitaram da placa preta instalada na caminhonete MMC/Triton Sport GLS AT, que exibia identificação reservada ao presidente do Legislativo municipal e apresentava características fora do padrão

previsto na legislação de trânsito.

Segundo o boletim de ocorrência, o motorista não teria obedecido de imediato à ordem de parada, sendo acompanhado pela viatura até o km 242 da rodovia, onde estacionou e foi abordado. Durante a vistoria, os policiais constataram que o veículo é de categoria particular, registrado em nome de uma empresa, e que a placa original estava guardada no interior da caminhonete.

Ainda conforme o registro policial, o próprio condutor teria admitido ter providenciado a instalação da placa alusiva ao Poder Legislativo para facilitar a circulação nas vias. Ele também declarou exercer função de secretário municipal, mas registros oficiais indicam que ocupa o cargo de chefe de gabinete na administração municipal.